

Posição do Departamento das Expressões da Escola Básica N1 de Santo André

Sobre o o projeto de diploma de revisão da estrutura curricular do M.E. C.

Esta “reforma curricular” só tem como finalidade lançar dezenas de milhar de docentes para o desemprego e diminuir os encargos orçamentais na área da Educação, a um nível superior até aquilo que era exigido pelas autoridades supranacionais (102 milhões de euros). É claro que isto basta para perceber que, do ponto de vista do XIX Governo e do seu MEC, esta área social é vista como uma carga despesista e não há a menor sensibilidade para a encarar esta como fundamental para o desenvolvimento livre e independente de um país que queira apostar, em primeiro lugar, na formação e na valorização dos seus recursos humanos.

O projeto do MEC resume-se a um ajustamento curricular ao Orçamento do Estado para 2012 e anos seguintes.

Trata-se de um conjunto de medidas avulsas, sem coerência e dependentes de mecanismos que se desconhecem (metas, programas, referenciais para os exames). Os reforços de horários escondem perdas (por vezes mais significativas que aqueles).

As consequências destas medidas serão desastrosas: aumentam os exames, aumenta o número de alunos por turma, diminuem os professores no sistema, a carga do insucesso e da selectividade social acrescerá.

Não se vislumbra qualquer mecanismo de gestão do currículo e não há qualquer referência às possíveis consequências das futuras medidas no percurso escolar dos alunos. Nos casos de dificuldades de ajustamento, que formas de apoio escolar, que condições de progressão, que formas de avaliação, que deveres e direitos de alunos e de encarregados de educação para uma implementação eficaz e participada, que alternativas de percurso curricular para os casos de insucesso, que currículos profissionais do Ensino Secundário estão pensados, sabendo-se que a escolaridade obrigatória passa para 12 anos?

Como é que Portugal pode sair da crise num contexto de crescente desinvestimento na Educação, no Ensino e na Investigação, quando estes são sectores estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país?

Não contestamos a necessidade de uma reorganização curricular. Pelo contrário, consideramo-la urgente. Mas terá que ser uma verdadeira revisão

curricular, que pense a organização do sistema educativo no seu conjunto. Essa revisão terá que assentar num debate público alargado no tempo (não inferior a um ano letivo), de forma a permitir que os vários parceiros educativos aprofundem a forma como a escola portuguesa se deve organizar para garantir a todos perspectivas de sucesso nas aprendizagens. Isso implica discutir a organização curricular dos vários ciclos e níveis de ensino e a definição e consecução dos seus fins educativos, assim como o alcance e as condições de concretização de uma escolaridade obrigatória de 12 anos, encontrando soluções que possam superar os vários défices presentes no nosso sistema e tornar abrangente o objetivo de uma Escola Para Todos.

Aprovada por unanimidade em reunião de Departamento.